

DIMENSÃO 1 – GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

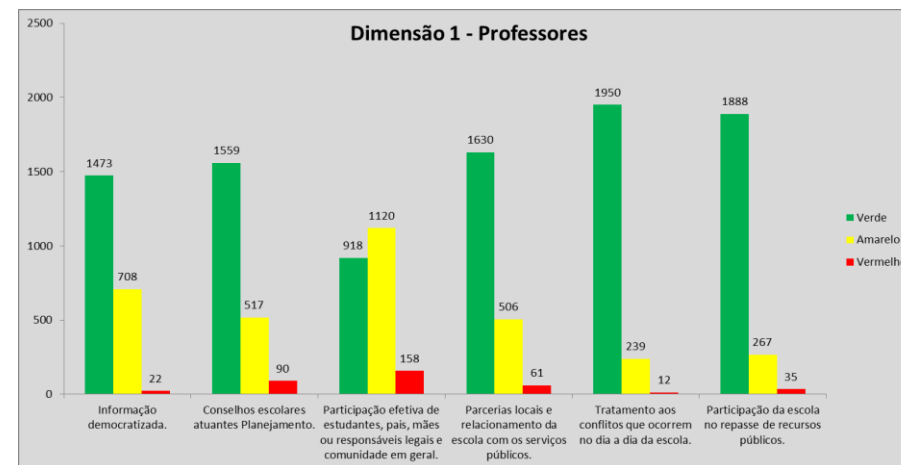
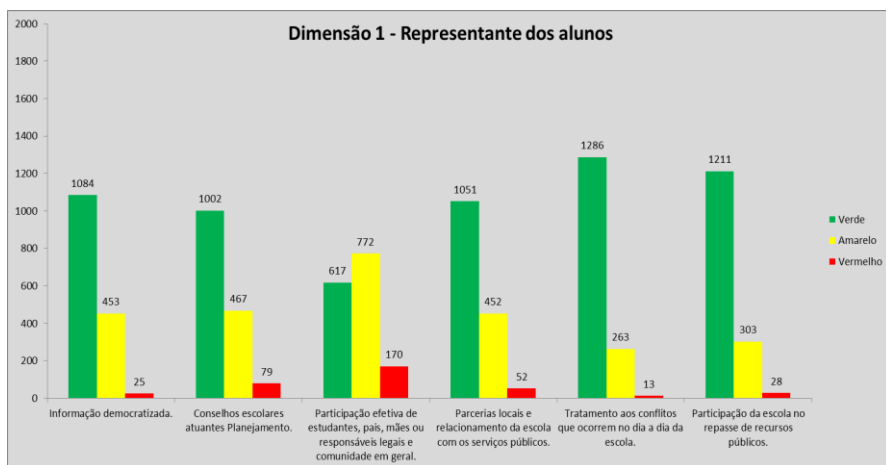
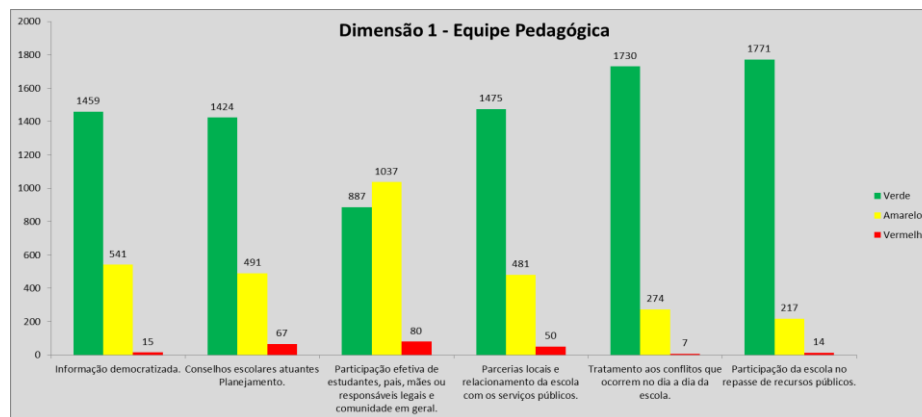
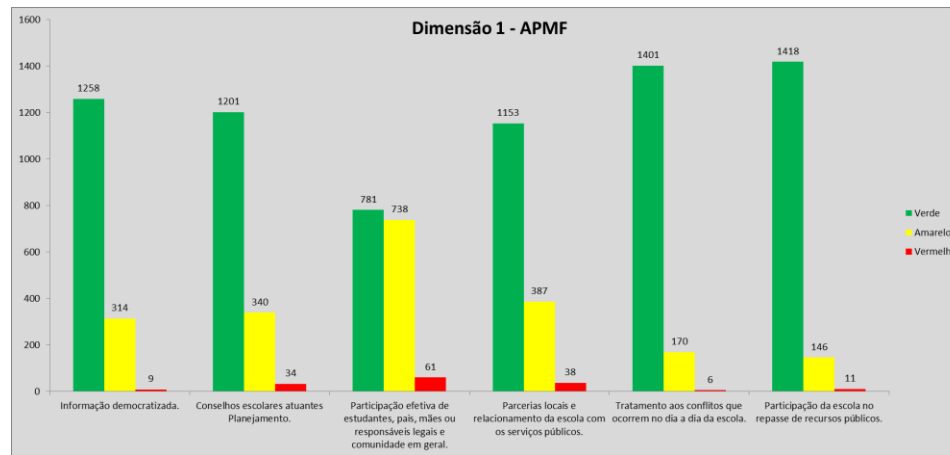
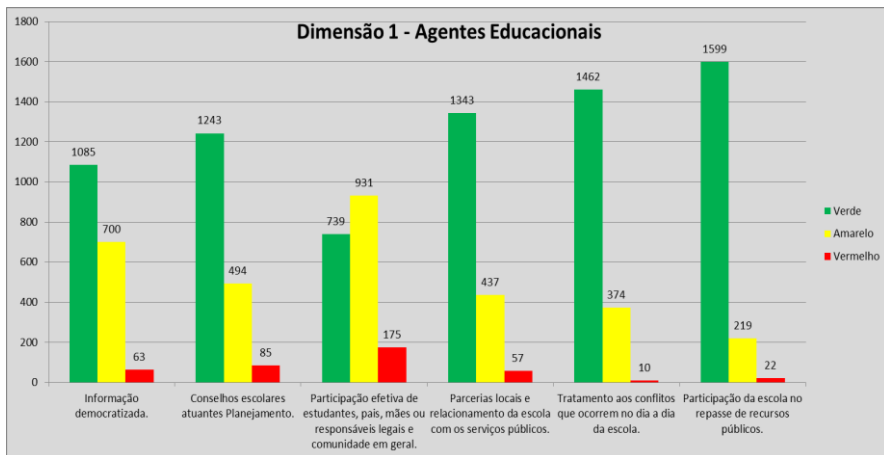
A ênfase na gestão democrática da educação impõe-se por força de princípios já consagrados na Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 206, inciso VI, que elenca a importância da “gestão democrática do ensino público”, colocando-a como obrigatória em todo e qualquer órgão público de educação (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDBEN 9394/96 estabelece que as escolas precisam ser organizadas e administradas tendo como pressupostos os princípios da gestão democrática (BRASIL, 1996).

Apesar de se identificar um avanço na legislação e nas propostas governamentais, no interior das escolas percebemos que a prática da construção democrática ainda está longe de ser constituída de fato, o que se percebe, muitas vezes, é que a gestão está muito atrelada ao ato de controlar a ação do outro, seguindo o modelo de administração hierárquica que é confundida com mandar, impor, ordenar.

Algumas características da gestão escolar democrática são o compartilhamento de decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício, a transparência e fatores que são operacionalizados por instâncias colegiadas, tais como os conselhos escolares. Como mecanismos de participação da comunidade na escola, eles já estão presentes em muitas escolas do país. A função dos conselhos é orientar, opinar e decidir sobre tudo o que tem a ver com a escola, como participar da construção do projeto político-pedagógico e do planejamento anual, avaliar os resultados da administração e

ajudar na busca de meios para solucionar os problemas administrativos e pedagógicos, decidir sobre os investimentos prioritários. Mas não é só nos conselhos que a comunidade participa na escola. Reuniões pedagógicas, festas, exposições e apresentações dos estudantes são momentos em que familiares, representantes de serviços públicos da região e associações locais devem estar presentes, a participação deve se estender a todos os estudantes. Como cidadãos eles têm direito a opinar sobre o que é melhor para eles e se organizarem em colegiados próprios, como os grêmios. Discutir propostas e implementar ações conjuntas, por meio de parcerias, proporciona grandes resultados para melhorar a qualidade da escola no país, no entanto os governos federal, estadual ou municipal devem garantir a melhoria da qualidade da educação na escola pública.

Atualmente os desafios contemporâneos estão presentes no cotidiano das escolas, sendo assim os conflitos são constantes, mas isso não quer dizer que sejam negativos, conflitos bem resolvidos e com direcionamentos claros podem trazer boas reflexões para o convívio interpessoal dentro da escola. Efetivar a gestão democrática, priorizando o diálogo com a comunidade escolar, é encarar os conflitos, buscando minimizar as fragilidades existentes nessas relações.



Análise dos indicadores

A efetivação do princípio de gestão democrática nas escolas ainda é um desafio, considerando a análise dos indicadores na dimensão gestão democrática e com base nas respostas dos segmentos da escola, observa-se que a “participação efetiva de estudantes, pais, mães ou responsáveis legais e comunidade em geral” sinaliza para questões que necessitam de maior atenção, pois indicam maior fragilidade. As questões enunciadas nesse indicador, apontam a dificuldade que a escola tem para por em prática a relação com a comunidade escolar e com outros órgãos representativos para a implementação de uma gestão democrática.

Segundo Dourado, o sentido da gestão democrática é:

“(…) Gerir democraticamente uma escola pública, uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades, é construí-la coletivamente. Isto significa contrapor-se à centralização do poder na instituição escolar, bem como primar pela participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão do estabelecimento, na melhoria da qualidade do ensino e na luta pela superação da forma como a sociedade está organizada.” (2006, p. 30).

Em relação à instância colegiada grêmio estudantil verifica-se a lacuna existente quanto a sua participação efetiva nas decisões que exigem participação desses estudantes. O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. É o órgão máximo de representação dos estudantes da escola.

Considerando a análise desse indicador realizada pelos professores, estudantes e agentes educacionais I e II fica evidenciada uma percepção mais crítica acerca dos desafios para uma gestão democrática. Tal fato pode representar uma análise mais real da escola, uma vez que estes segmentos possuem um certo distanciamento para o processo de avaliação dos indicadores, diferente da equipe pedagógica, com a presença do diretor da escola, e dos representantes da APMF. No contexto geral da dimensão gestão democrática fica evidente que o olhar geral dos segmentos estudantes, agentes educacionais I e II e professores apontam as fragilidades de forma mais objetiva.

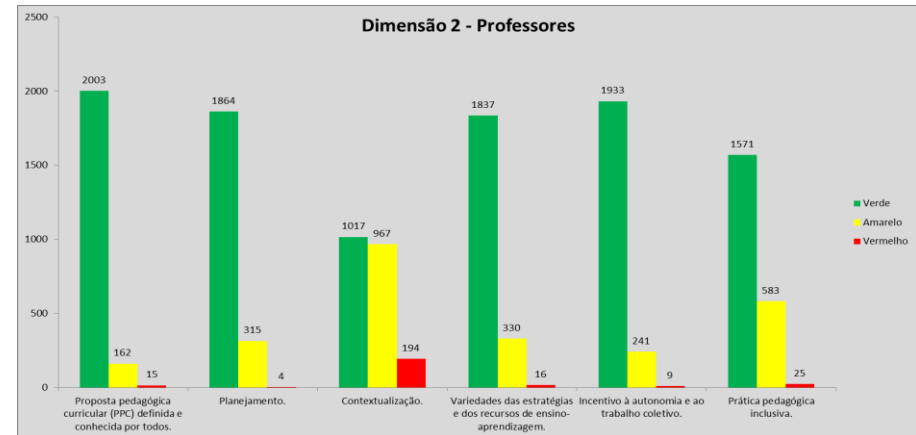
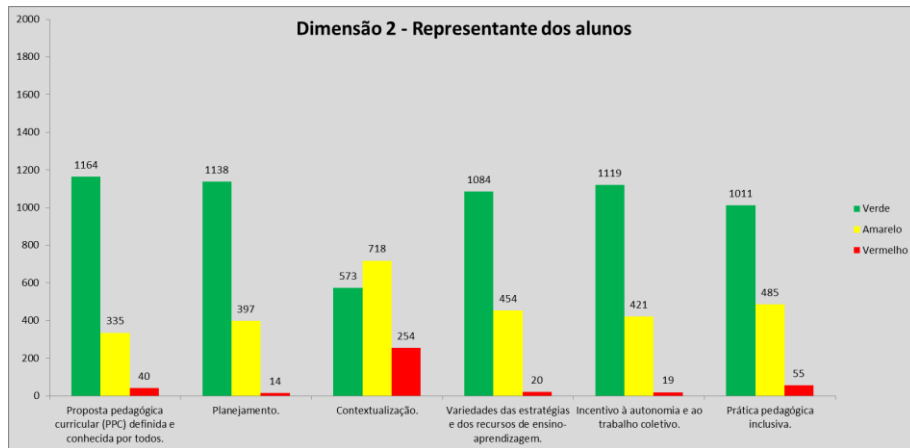
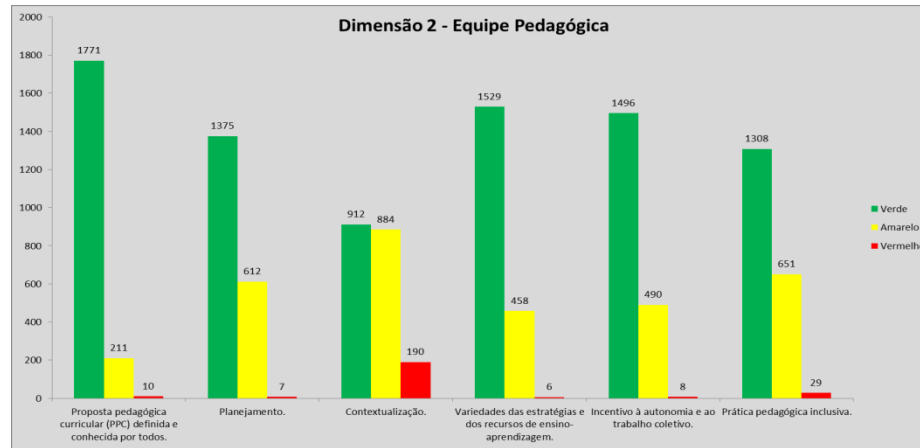
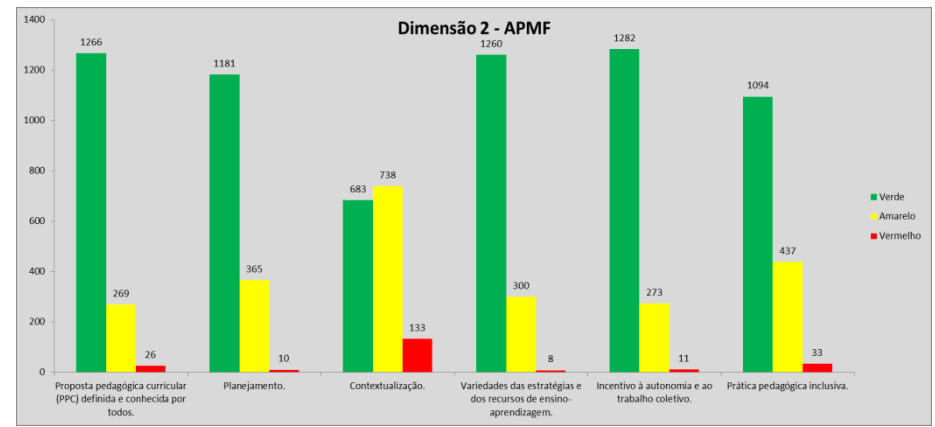
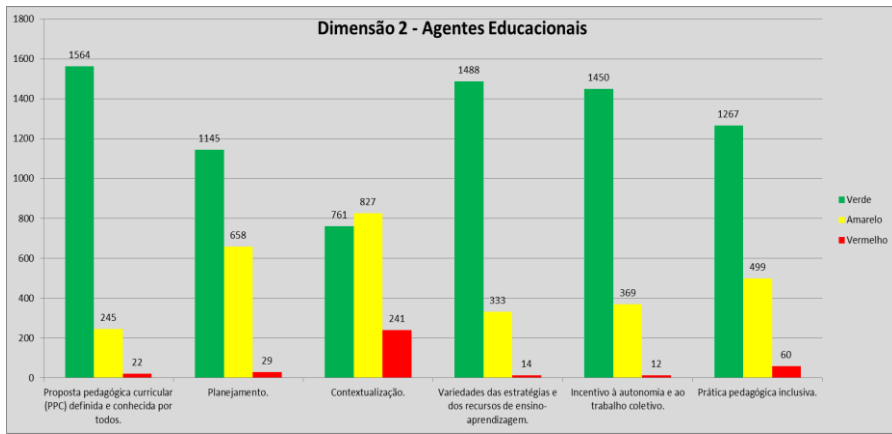
Quanto aos aspectos positivos de análise dessa dimensão, os diferentes segmentos, com destaque para os representantes de pais, analisam a gestão democrática como consolidada e contribuindo para a qualidade da educação.

DIMENSÃO 2 – PRÁTICA PEDAGÓGICA

No mundo contemporâneo as informações são dadas e mudam em questão de segundos, as transformações constantes da sociedade, o desenvolvimento tecnológico e as novas práticas do saber sobre o processo pedagógico tem refletido diretamente no contexto escolar. As informações estão em constante mudança e a escola sofre com esse acelerado desenvolvimento, exigindo que o profissional da educação esteja em constante formação e assumindo a condição de mediador no processo ensino aprendizagem. O professor é responsável pelo conhecimento que quer transmitir, como cita AMÉLIA HAMZE (2004) conhecimento e informação tem sentidos muito diferentes:

Como educadores não devemos identificar o termo informação como conhecimento, pois, embora andem juntos, não são palavras sinônimas. Informações são fatos, expressão, opinião, que chegam as pessoas por ilimitados meios sem que se saiba os efeitos que acarretam. Conhecimento é a compreensão da procedência da informação, da sua dinâmica própria, e das conseqüências que dela advem, exigindo para isso um certo grau de racionalidade. A apropriação do conhecimento, é feita através da construção de conceitos, que possibilitam a leitura critica da informação, processo necessário para absorção da liberdade e autonomia mental.(HAMZE, A .O professor e o mundo contemporâneo, 2004)

Por meio de uma ação planejada e refletida do professor no dia a dia da sala de aula, a escola realiza seu maior objetivo: fazer com que os alunos aprendam e adquiram o desejo de aprender cada vez mais e com autonomia. Para atingir esse objetivo, é preciso focar a prática pedagógica no desenvolvimento dos alunos, o que significa observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades. Crianças, adolescentes, jovens e adultos vivem num mundo cheio de informação, o que reforça a necessidade do plano de trabalho docente (PTD) com base em um conhecimento sobre o que eles já sabem e o que precisam saber.



Análise dos indicadores

Nesta dimensão o indicador “contextualização” problematiza as questões que são consideradas grandes desafios para a escola, uma vez que apontam para a desarticulação entre “currículo” e o “contexto social da comunidade”. Nesse indicador é relevante destacar a ausência da compreensão do trabalho em rede, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 86 “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Por todos os segmentos é destacado positivamente que a “proposta pedagógica curricular (PPC) é definida e conhecida por todos”, no entanto, observa-se que há uma discrepância entre esse indicador e a “contextualização” do currículo. Ou seja, embora o currículo seja conhecido por todos, ele não está articulado com a comunidade do entorno escolar.

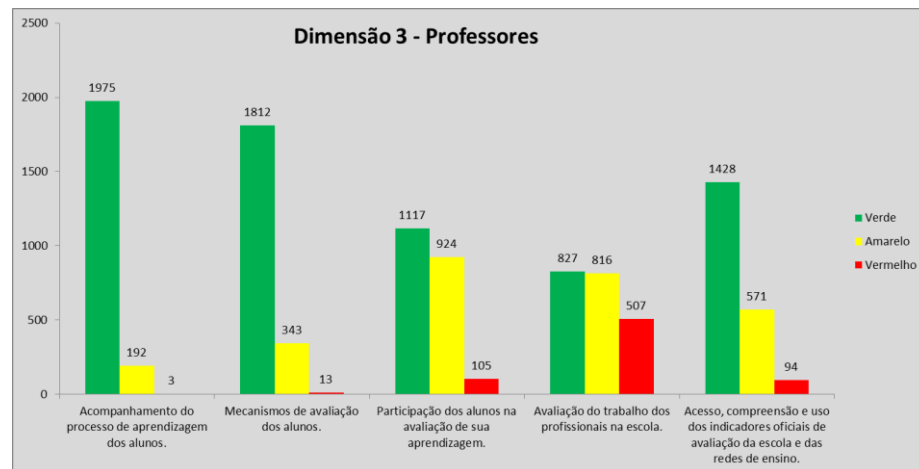
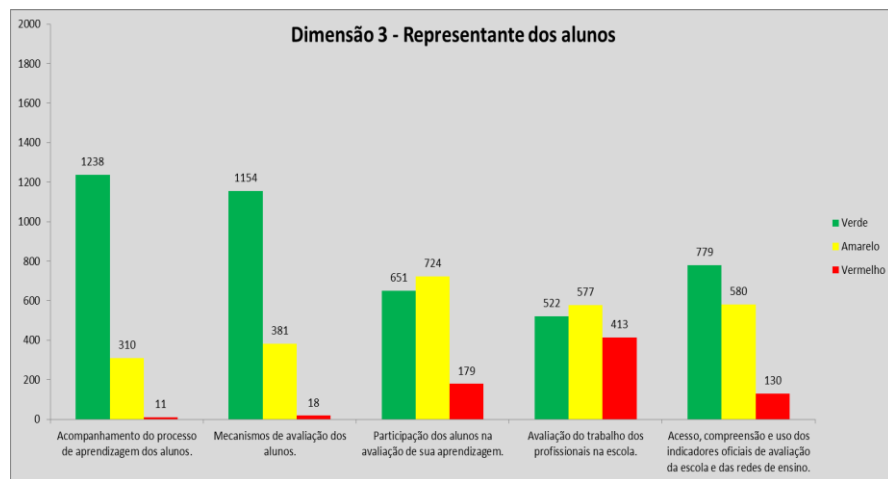
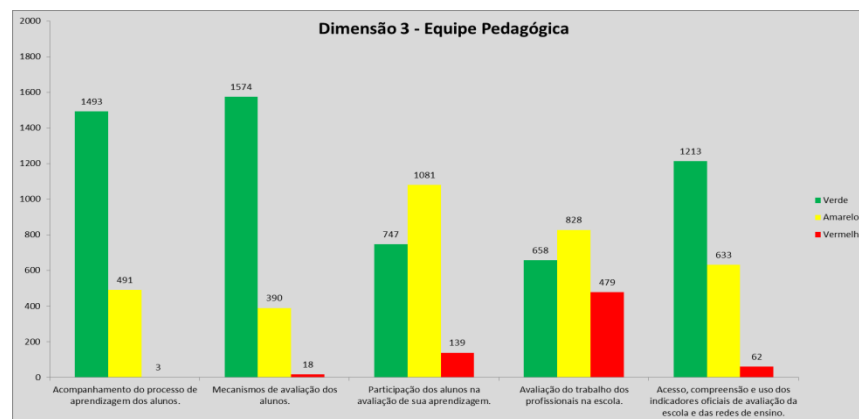
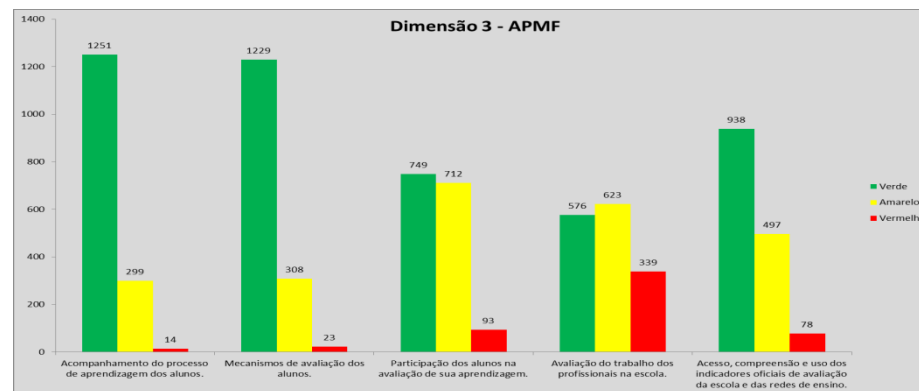
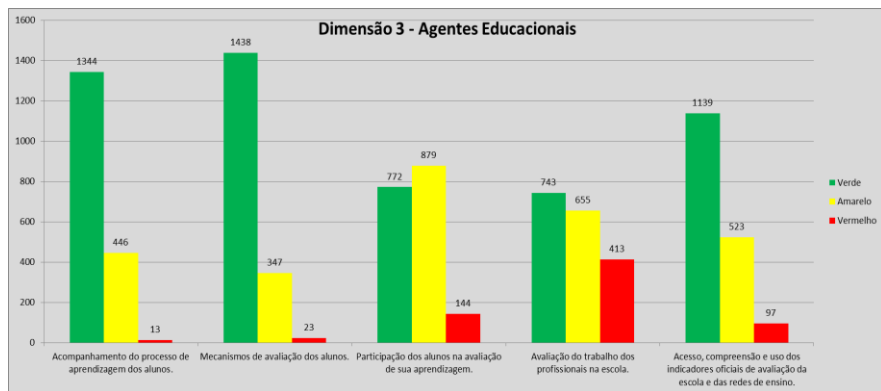
Os indicadores “planejamento” e “prática inclusiva” apontam para a necessidade de cuidado e atenção, uma vez que ainda não estão consolidados na escola.

DIMENSÃO 3 – AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo, é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação de conhecimento do estudante. Por meio dela, o professor identifica como está a aprendizagem e obtém subsídios para refletir e melhorar a sua própria prática pedagógica.

Quando pensamos em avaliação, estamos falando de algo muito mais complexo que uma prova, este é apenas um instrumento avaliativo que poderá ser utilizado, avaliação deve ser contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do estudante, considerando suas características individuais no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nesse sentido, é importante também que os estudantes tenham conhecimento que podem contribuir nesse processo, o que reflete o comprometimento de todos com a avaliação. A participação efetiva e ativa do estudante no seu processo ensino aprendizagem só será efetivada se for possível sua colaboração no plano de trabalho docente.



Análise dos indicadores

Nesta dimensão todos os segmentos analisaram o indicador “avaliação do trabalho dos profissionais da escola” como ponto nevrálgico. Observou-se a necessidade de implantação, pela mantenedora, de uma avaliação institucional para a melhoria da prática pedagógica e, ainda, a revisão do processo de avaliação de desempenho dos docentes que atualmente não atende a necessidade de avaliação dos profissionais na educação uma vez que apresenta fragilidades e vícios.

Os aspectos positivos elencados foram os indicadores “acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos” e “mecanismos de avaliação dos alunos” apontados por todos os segmentos. Cabe destacar que o indicador “participação do aluno na avaliação de sua aprendizagem” apresentou um nível considerável de problematização por todos os segmentos, contrapondo-se aos resultados positivos elencados, sendo assim, as respostas apresentam incoerência entre estes indicadores e merecem atenção.

Ressalta-se que o indicador “acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais de avaliação da escola e das redes de ensino” apresentou evidências quanto à dificuldade ou fragilidade da escola em trabalhar com indicadores.

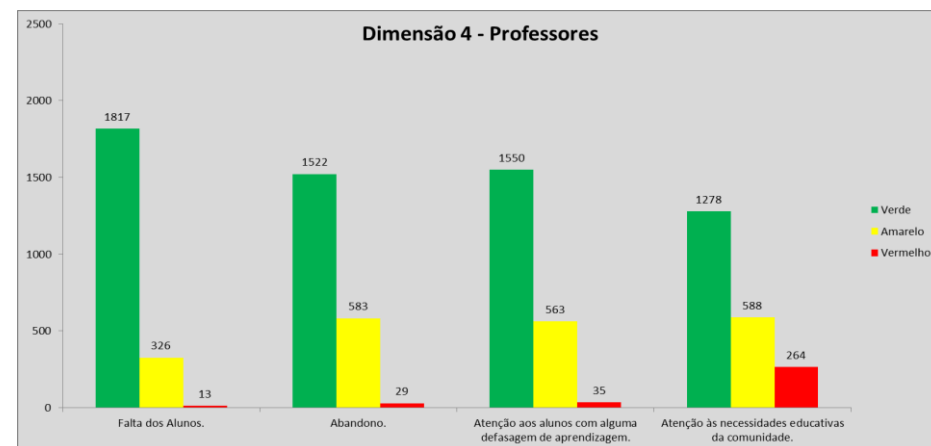
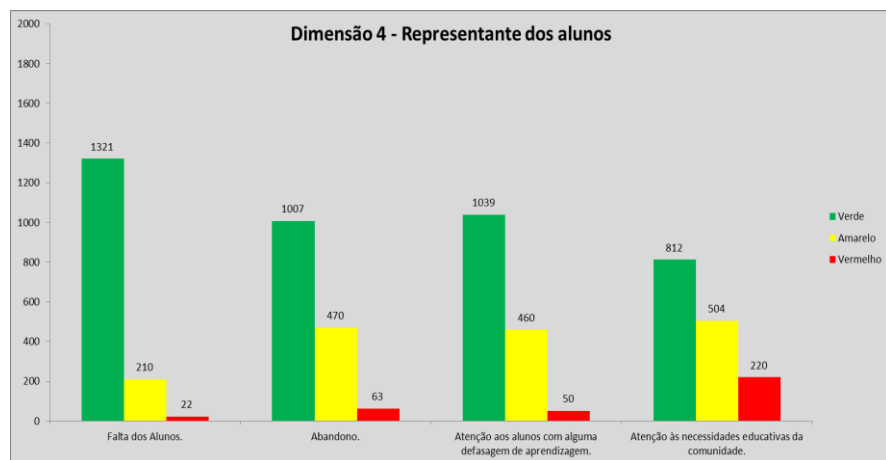
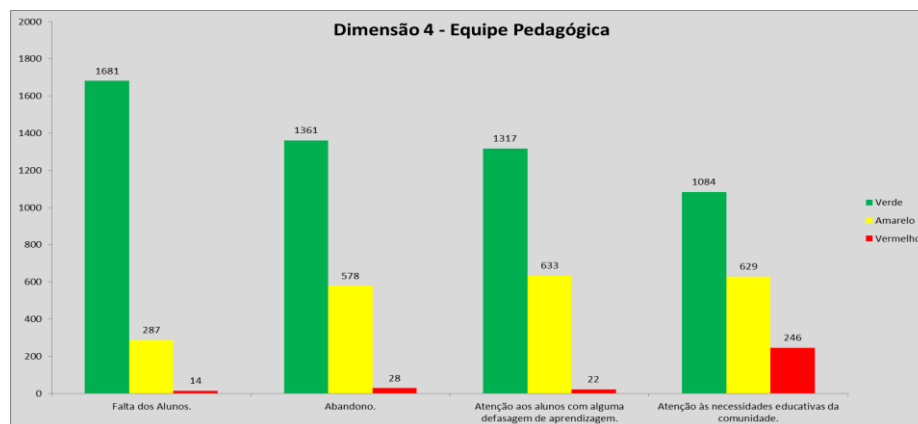
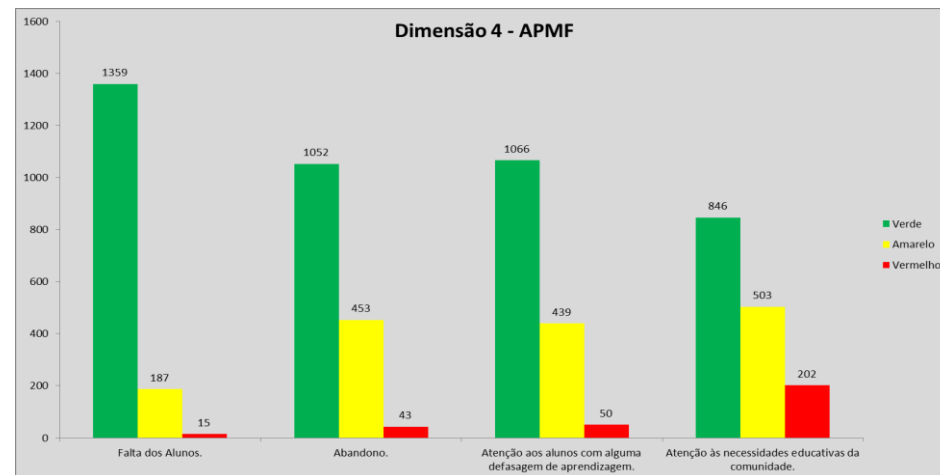
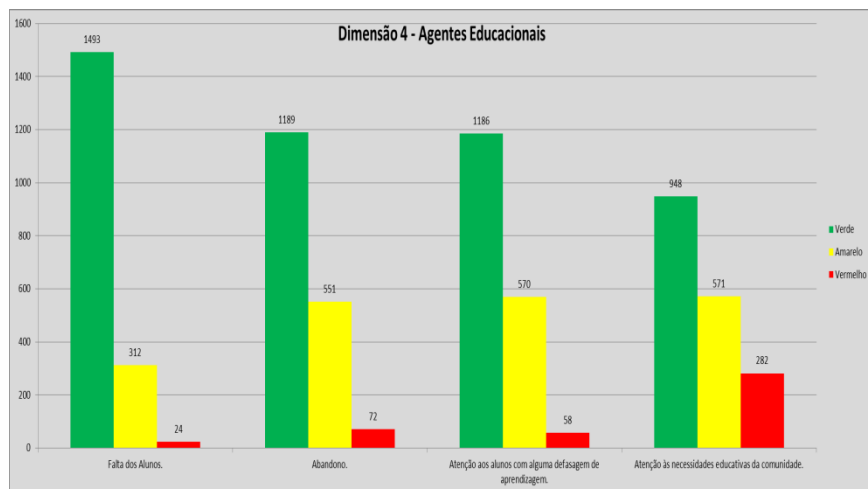
DIMENSÃO 4 - ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

Segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL,1988) no Artigo 206, inciso I, e reafirmada na LDBEN 9394/93, Artigo 3º, inciso I, “ o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. Ainda, no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53 “a criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania qualificação para o trabalho”

Esse embasamento legal assegura às crianças e adolescentes oportunidades de acesso e permanência nas instituições de ensino que garantirão possibilidade a eles de atingirem às estruturas sociais, culturais e econômicas com sucesso. Porém, a vulnerabilidade social em que muitos deles se encontram resulta negativamente na possibilidade de acesso a essas estruturas. Diante dessa vulnerabilidade, o abandono e a evasão escolar são realidades presentes nas escolas, um dos principais desafios atuais é fazer com que crianças e adolescentes nela permaneçam e consigam concluir os níveis de ensino em idade adequada, e que jovens e adultos também tenham os seus direitos educativos atendidos.

Com vistas a prevenir e enfrentar as principais causas do abandono e evasão escolar, o trabalho da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente, preconizada no Artigo 227 da CF de 1988, Artigo 86 do ECA e Resolução 113 do CONANDA, configura-se como uma estratégia fundamental de promoção e inclusão

educacional de crianças e adolescentes em situação de risco para as violências, bem como com situações que violem a sua integridade física, moral e intelectual, tomando como ação precípua o acesso, permanência, inclusão e sucesso escolar destes sujeitos de direitos.



Análise dos indicadores

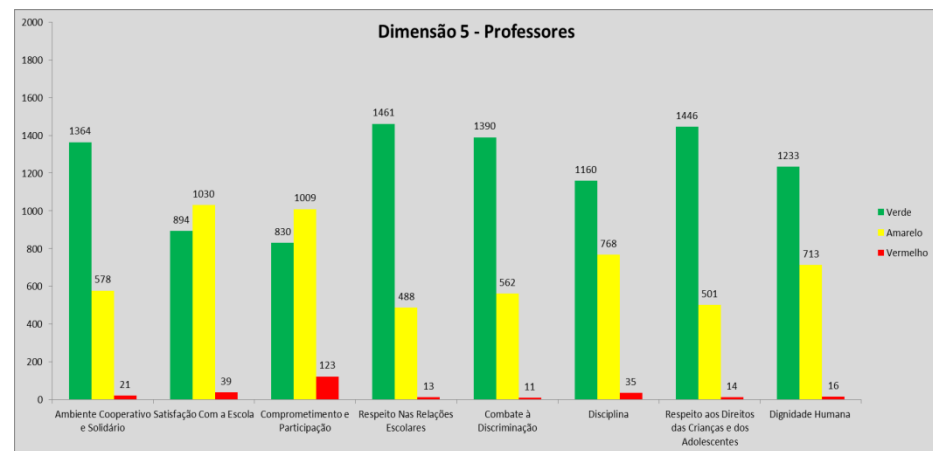
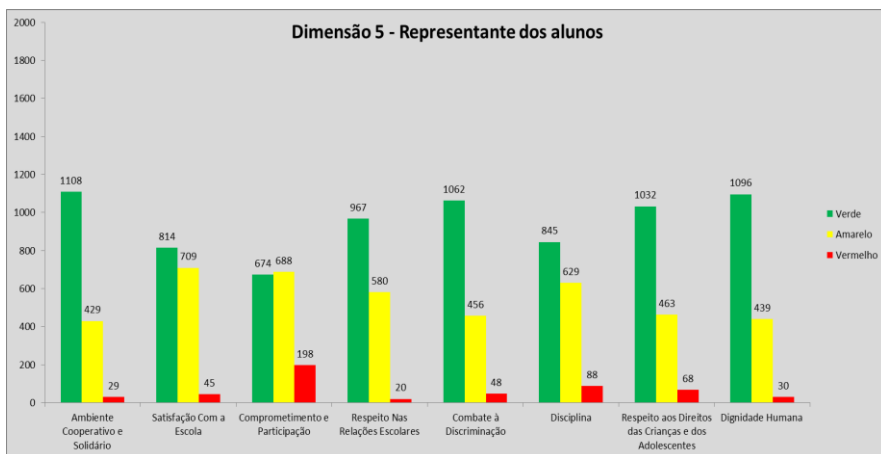
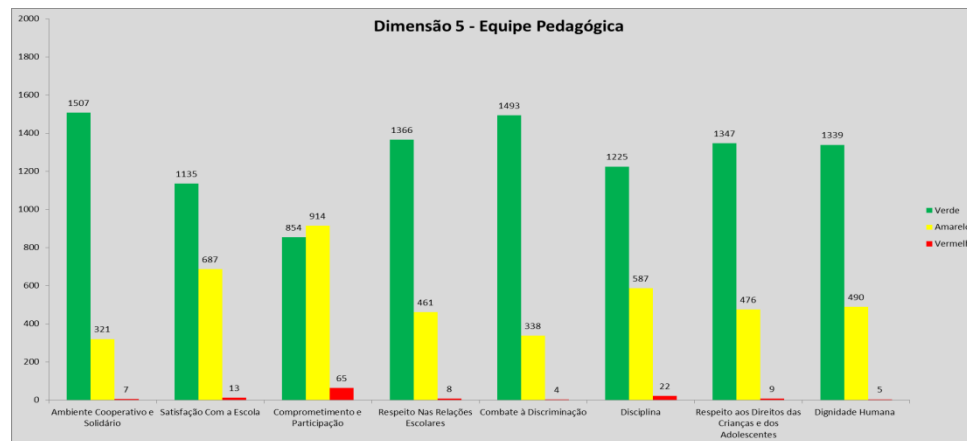
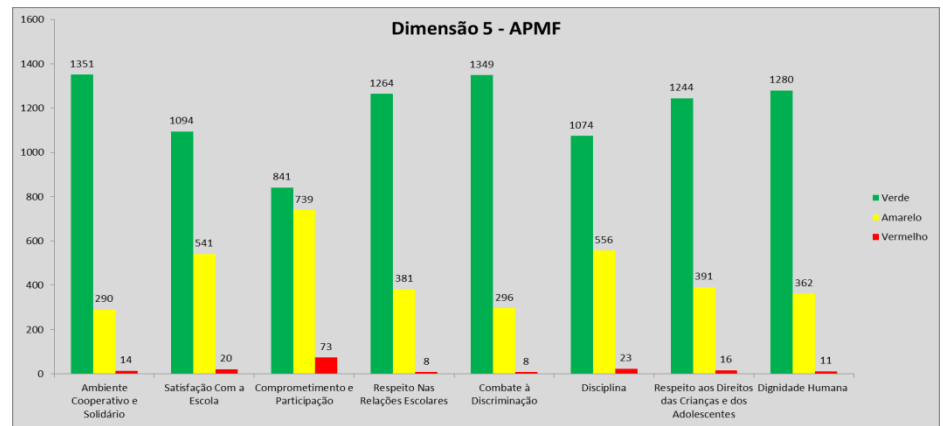
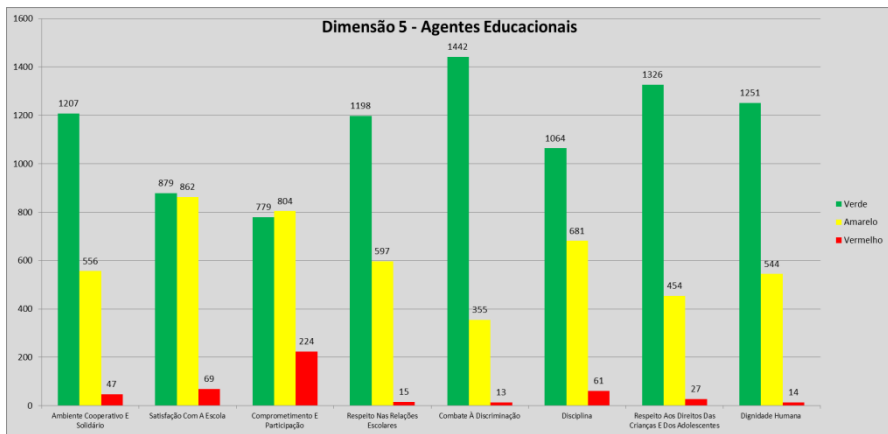
Na dimensão acesso, sucesso e permanência na escola percebe-se uma incoerência quanto ao indicador “falta dos alunos” e “abandono” merecendo atenção e reflexão por parte das escolas. Os segmentos estudantes, pais e agentes educacionais I e II destacam que a questão do abandono é uma ação que não está consolidada na escola, porém a equipe pedagógica e os professores observam que a questão do abandono na escola tem ações consolidadas. É possível intuir que tal avaliação deve-se ao fato de que a SEED desenvolve o Programa de Combate ao Abandono Escolar desde 2005 (na época com o nome de FICA).

Evidencia-se negativamente o indicador “atenção às necessidades educativas da comunidade” em todos os segmentos, e mais uma vez observa-se a necessidade da escola fortalecer junto à comunidade ações que visem o acesso e permanência de crianças, adolescentes e jovens no processo de escolarização.

Chama a atenção o fato que todos os segmentos identificam fragilidades nos indicadores “abandono”, “atenção aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem”, “atenção às necessidades educativas da comunidade”, sendo assim, é possível destacar a necessidade de se promover ações que garantam a permanência e o sucesso escolar.

DIMENSÃO 5- AMBIENTE EDUCATIVO

A escola é o espaço de vivência e convivência, onde se estabelecem relações sociais entre todos os sujeitos que dela fazem parte. Este ambiente educativo constitui-se como um espaço das diversidades, das diferenças e dos conflitos entre gerações. Sendo assim, é o ambiente precípua à promoção de uma cultura de educação em direitos humanos, voltado para o respeito à dignidade humana de todos os sujeitos que significam este local e são imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Um ambiente educativo, promotor da educação em direitos humanos, contribui para a prevenção de abusos, violações de direitos, conflitos e todas as formas de violências em âmbito escolar, bem como promove a melhoria dos processos de ensino aprendizagem. Para tanto, o ambiente educativo deve fomentar na prática diária da escola e de toda a comunidade escolar, os princípios de cooperação e solidariedade, de satisfação com a escola, de comprometimento e participação, de respeito nas relações escolares, de combate à discriminação, disciplina, respeito aos direitos de crianças e adolescentes e dignidade humana. Estes princípios visam à promoção de uma cultura de educação em direitos humanos que valorizem e fortaleçam os processos participativos de ensino e aprendizagem, direcionado aos direitos de crianças e adolescentes. A ampliação dos processos de escolarização e participação traz transformações ao ambiente educativo, promovendo a aprendizagem e inclusão, com vistas à igualdade, ao respeito às diversidades, às diferenças e a não discriminação, contribuindo, desta forma, para uma escola que valorize atitudes e práticas sociais que preservem a cultura de educação em direitos humanos.



Análise dos indicadores

O indicador “comprometimento e participação” e “satisfação” apontam para questões consideradas frágeis na escola, como a abordagem dos temas relacionados aos desafios educacionais contemporâneos e a efetivação da gestão democrática com ênfase para as ações do grêmio estudantil, bem como do protagonismo juvenil.

O indicador referente à “disciplina” configura-se como algo a ser fortalecido por meio de ações que discutam as regras de convivência na escola de modo democrático, com vistas à emancipação cidadã dos sujeitos que se encontram neste espaço. Nesse sentido é relevante que, tanto docentes quanto discentes, aprofundem as discussões contidas no Regimento Escolar e outros instrumentos fundamentais (Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Plano de Trabalho Docente) para o processo de ensino aprendizagem. Evidencia-se assim, a importância da articulação da escola com comunidade na elaboração e construção destes documentos, de modo a promover a participação democrática do coletivo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores de qualidade da educação apontam para questões relevantes que devem ser consideradas para a melhoria da educação. Considerando as cinco dimensões apresentadas- **Gestão Escolar Democrática, Prática Pedagógica, Avaliação, Acesso, permanência e sucesso na escola e Ambiente Educativo**- observou-se a necessidade de fortalecimento de ações com a comunidade escolar, a efetivação das práticas democráticas na escola e a prioridade em desenvolver um instrumento institucional de avaliação para os profissionais da educação.

Nesse contexto, as ações com a comunidade escolar exigem da escola uma postura de articulação, com vistas a promover a participação desta no processo das decisões do colegiado escolar, na socialização do conhecimento e no enfrentamento dos desafios contemporâneos. Para tanto, faz-se necessário que a equipe gestora implemente, de fato, os princípios de gestão democrática, postulados na Constituição Federal/1988 e na LDBEN 9394/96. A gestão democrática deve ser construída pela comunidade escolar em um processo constante, para superar as dificuldades do cotidiano escolar e buscar qualidade nas relações de ensino aprendizagem. Para que este processo de implementação ocorra, é importante que o Projeto Político Pedagógico realize uma análise diagnóstica, considerando os aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos presentes na realidade daquela comunidade local. Faz-se necessário o conhecimento dos objetivos

educacionais e especificidades de cada escola por todos os sujeitos que fazem parte dela. Baseados no conhecimento da realidade existente em cada escola, a participação nas decisões são de toda comunidade escolar, reconhecendo as dificuldades, mas com perspectivas e metas para avanço. Não considerar tais questões, como ponto inicial para desenvolver ações junto à comunidade, trazendo-a para o ambiente educativo, configura-se como um empecilho para a prática da gestão escolar democrática. A escola formará para a cidadania se a organização das relações em seu interior estiver pautada pelos princípios democráticos, assim ela não será democrática apenas no desenvolvimento de suas atividades administrativas, mas também pela realização de sua ação pedagógica, a qual deve ser essencialmente educativa e coerente com os princípios e finalidades propostos pela legislação vigente e pelo PPP da instituição de ensino.

Diante desse desafio, implementar a gestão escolar democrática, por meio do exercício da cidadania, só se efetivará pelo fortalecimento das instâncias colegiadas e outras formas de representação essenciais para a manutenção da participação democrática, nas decisões e nas responsabilidades, que exijam o envolvimento desses atores sociais. Sendo assim, os estudantes e os agentes educacionais têm papel determinante na consolidação das relações na escola, uma vez que são atores que, por muitas vezes, estão na invisibilidade deste processo.

Por fim, outro aspecto identificado na análise dos indicadores, refere-se à avaliação institucional dos profissionais da educação. Nessa dimensão, salienta-se a necessidade de se rever a atual avaliação de desempenho, a qual está vinculada à progressão dos profissionais da educação, condicionada a um resultado de avaliação de 100%, fato que limita uma análise mais criteriosa sobre o quadro próprio do magistério, não contemplando diretamente os aspectos da prática pedagógica docente.

Esta análise teve por finalidade apresentar os indicadores de qualidade da educação no Estado do Paraná a partir do trabalho realizado pelas escolas nas duas semanas pedagógicas deste ano, em cinco dimensões. Este diagnóstico permitiu que cada estabelecimento de ensino se perceba no contexto educacional, observando quais os avanços e fragilidades que se apresentam como um desafio a ser superado com vistas a melhoria da qualidade da educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069/90. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº9.395/96. Brasília: 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

HAMZE, A . **O professor e o mundo contemporâneo**, 2004.

<http://meuartigo.brasilecola.com/pedagogia/a-pratica-pedagogica-educacao-atual.htm/> consultado em 06/10/2014

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.